



CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI ORDINÁRIA Nº 4981/2019

Ementa

AUTORIZA O PAGAMENTO DO COMPLEMENTO DE DIFERENÇA AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

23/12/2019

Matéria Legislativa

[Substitutivo nº 8/2019](#) - Autoria: MARCO ANTÔNIO DA FONSECA

Status de Vigência

Em vigor



LEI Nº 4.981, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

Autoriza o pagamento de complemento de diferença aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

(Projeto de Lei Substitutivo 08/2019, de autoria do Vereador Marco Antônio da Fonseca, em substituição ao PLO 277/2019 – que autoriza pagamento de complemento de diferença aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, de autoria do Poder Executivo)

A SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Resolução nº 5.392/2019, da Câmara Municipal, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias de uma complementação, cujo valor será correspondente à diferença entre a Referência 9, constante do Anexo I – Quadro de Empregos Permanentes, da Lei Municipal 1.673, de 1º de fevereiro de 1990, da Autarquia Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS, e o piso salarial profissional nacional fixado pelo Governo Federal através da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterada pela Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, para as referidas categorias, respeitado o escalonamento previsto no artigo 9º-A.

Parágrafo Único. A complementação prevista no caput, para todos os efeitos, não será incorporada à remuneração do servidor.

Art. 2º Quando da Revisão Geral Anual dos Servidores Públicos Municipais do Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS, ficará extinta a complementação criada pelo artigo 1º desta Lei se, com a efetiva concessão da revisão geral anual, for alcançado o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias previsto na Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterada pela Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, respeitado o escalonamento previsto no artigo 9º-A.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2020.

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES
Prefeita Municipal

em 23 de dezembro de 2019.

ALINE COSTA VIZOTTO
Coordenadora de Expediente,
Protocolo e Arquivo

